

Título: As leis orgânicas municipais e as políticas de gestão do esporte

Autor(es) Elisabete dos Santos Freire; Marco Aurélio Gonçalves Nóbrega dos Santos

E-mail para contato: marco.nobrega@estacio.br

IES: FAESO

Palavra(s) Chave(s): gestão do esporte, lei orgânica, políticas públicas, gestor e regulamentação

RESUMO

A importância histórica e impacto que o fenômeno esporte tem evidenciado junto a sociedade tem gerado e provocado discussões acerca da sua gestão, principalmente no que tange ao setor público. Como direito social, no qual o artigo 217, da Constituição Brasileira de 1988, assume como dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, o que leva tal fenômeno estar imerso em muitas legislações no âmbito público junto as entidades e instituições responsáveis diretas para sua implementação, produção e gestão das políticas voltadas ao esporte. Portanto, é fundamental o enfoque de um ordenamento legal capaz de garantir o amparo regulatório para o fomento e a implementação de políticas públicas consistentes, orientando as mudanças necessárias na gestão municipal de esporte. Segundo vários autores o esporte enquanto fenômeno social, traz o envolvimento do Estado para o seu desenvolvimento na área de política pública configurando um amplo objeto de análise a ser abordado sob várias perspectivas, sejam governamentais, avaliação de programas, regulamentação, implementação, aplicação de recursos públicos, modelos e formas de gestão das entidades responsáveis pelo fomento do esporte. O objetivo deste trabalho foi refletir sobre o esporte, analisando as Leis Orgânicas dos 13 municípios pertencentes a UMMES (União dos Municípios da Média Sorocabana) do Estado de São Paulo, identificar e verificar um ordenamento legal e regulatório de políticas públicas para o esporte. O método constituiu-se uma abordagem qualitativa, através da análise documental. O acesso aos documentos foi obtido por meio dos sites de internet das prefeituras municipais. A partir desses documentos foi realizada uma análise considerando a natureza e a lógica do contexto de forma a propor a compreensão do fenômeno em questão, o que permitiu a apreensão e a reflexão sobre alguns aspectos e fatores na construção e gestão de políticas públicas para o esporte. Os resultados identificaram que 10 municípios apresentaram Leis promulgadas entre 1990 a 1993, uma em 1999 e 2000 e uma não foi possível analisar, sendo que revisões e atualizações das respectivas leis aconteceram no período entre de 2004 a 2010, com exceção de uma, revista em 2013. Verificamos que quatro municípios apresentam textos idênticos. De forma geral, os textos legais propõem estímulo ao esporte com base na Constituição; garantem espaços de pessoas e deficientes nas atividades esportivas, construção e manutenção de espaços esportivos para a sua prática. Também apontam ainda para o incentivo da prática do esporte formal e informal, visando a promoção, integração, educação e preservação da saúde. Em relação as dimensões do esporte, dois municípios apresentaram referências aos recursos orçamentários ao esporte educacional, participação e o alto rendimento e, apenas um município apresentou a composição, funcionamento e atribuições do Conselho Municipal de Esporte. Foi identificado também que três procuram estimular o esporte através das aulas de Educação Física aplicadas na rede oficial de ensino. Diante disso, foi possível concluir que compreender o esporte em bases conceituais se apresenta de forma confusa, generalizada e equivocada o que acreditamos gerar dificuldades no processo de implementação das políticas públicas, necessitando assim de uma revisão e maior aprofundamento no processo de elaboração das leis municipais em específico para contribuir para a viabilidade e exequibilidade coerente e voltadas as reais necessidades, considerando as especificidades e as peculiaridades de cada um dos municípios envolvidos.